**Comer é um direito, não um privilégio**

Fonte: UITA

Fazer valer o direito à alimentação responde à vontade política e não, a imaginadas fatalidades de supostos povos condenados a morrer de fome.

Os mercados não solucionam a questão da fome de que padecem 1.100 milhões de pessoas, embora a produção agrícola tenha crescido mais rapidamente do que a população mundial desde 1960. Assim afirma Olivier de Schutter, relator da ONU para o direito à alimentação. A perda da soberania do Estado, controlados e operados por estes "mercados", explica que milhões de pessoas morrem por não poderem comer e por não existir uma necessária política alimentar dos povos.

"Muitos governos ainda acham que a prioridade é aumentar a produção com grandes plantações que produzem nos mercados internacionais", disse Schutter e Andres Perez, do Diário Público. Como relator de um direito que é a base de quase todos os outros, tenta mudar a abordagem global da alimentação.

Como a agricultura local "não seria competitiva nos mercados," não interessa para aqueles que a controlam: operadoras, corretores e supermercados que com o controle da oferta e dos preços, manipulam a demanda. Fica assim distorcido o livre comércio dos que alardeiam serem adeptos do neoliberalismo, doutrina esta comparada a uma religião porque seus postulados não se questionam, como sustenta Susan George.

A passividade e a debilidade dos Estados encarregados de promover, cumprir e fazer respeitar os direitos humanos, coloca grandes obstáculos à alimentação e aos direitos de soberania alimentar dos povos.

Esta debilidade obedece às diretrizes impostas pelas instituições financeiras internacionais controladas pelos grandes capitais e por grupos de países que subsidiam seus agricultores e as suas exportações. Também pressionam aos governos de outros países para que promovam leis favoráveis ao investimento estrangeiro em grandes extensões de terra. Combinada com a imposição de reduções do déficit para não "assustar os mercados" através de cortes sociais, estas receitas deixam expostas as instituições públicas. Resultado: o encolhimento do Estado para que não se interponha no caminho do "livre mercado", às custas de desistir da defesa do bem comum, ou seja, da política.

Os governos cedem por medo de que o capital fuja em debandada, e que com isso, quebrem. Essa desregulamentação resulta em um crescente poder dos grandes fornecedores, que impõem as condições do mercado. Os pequenos fornecedores e produtores estão cada vez mais afastados dos consumidores e encontram cada vez menos possíveis compradores. Um fenômeno conhecido como "Walmartização" em países como o México.

Tem sido argumentado que os consumidores se beneficiam de todos esses modelos de superprodução, porque os preços finais estão mais baixos como resultado da redução dos custos de produção. Entre esses custos estão a falência de pequenas e médias empresas, a ruína de milhões de camponeses, obrigados a emigrar, e a redução dos salários reais e do poder de compra das pessoas. O slogan "preços baixos, sempre" ou "Guarde dinheiro, viva melhor", só pode ser assumido pelas classes privilegiadas. Os demais, entretanto, não poderão salvar-se ou viver melhor.

Os modelos de superprodução de alimentos em detrimento dos mais fracos são base "filosófica" da lei negativa que inspira o neoliberalismo. Como o papel da lei é "determinar o que é proibido, a liberdade se reduz a uma simples falta de restrições, não em um dever de responsabilidade e ética. Aqui não há espaço para o bem comum, interesse geral e justiça social. Assim, alguns argumentam que se um pode comer, os outros também, porque nada o impede. O outro lado da moeda é a liberdade para morrer de fome. Para comer, você precisa de poder de compra e, acima de tudo, de alimentos.

O direito à alimentação adequada reconhecido pelas Nações Unidas em vários instrumentos não responde a qualquer capricho. É parte de um sistema de direitos para evitar conflitos sociais, tais como aqueles causados pelo flagelo das guerras mundiais do século passado. Os Estados comprometeram-se a salvaguardar estes direitos e ainda tem tempo para assumir essa responsabilidade.